

Experiências e vivências na migração sazonal

Experiences and life experiences in seasonal migrations

*Maria Izabel Vieira Botelho**

Resumo: O artigo aborda as práticas culturais num contexto de processos migratórios sazonais. Submetida a contínuas saídas, onde se insere no corte de cana-de-açúcar e colheita da laranja no Estado de São Paulo, a população camponesa do Vale do Jequitinhonha/MG redefine a cultura local, incorporando elementos advindos da vivência/ experiência decorrente da inserção social temporária. Ao longo de sua trajetória social, vivenciam duas inserções, como camponesa e como assalariada, conformando uma realidade totalmente contraditória que os leva a redefinir e/ou reconstruir seus valores e todo o seu acervo instrumental, simbólico e material, necessários ao mundo da vida. Como camponeses, nos “locais de origem”, reproduzem parte daquilo que foi assimilado nos “locais de passagem”. A cada retorno, há novas adequações à cultura material e simbólica. O ir e vir incessantes moldam a junção de elementos característicos de uma realidade social tradicional, com aqueles advindos de uma sociedade orientada por valores da modernidade.

Palavras-chave: Migração sazonal, experiência, vivência, camponeses, Vale do Jequitinhonha

Abstract: The present article approaches the cultural practices in a context of seasonal migratory processes. Submitted to continuous departs, where it takes part in sugar cane cut and orange harvest in São Paulo State, the peasants of the Jequitinhonha Valley / MG redefine the local culture, incorporating elements from the experiences deriving from the temporary social insertion. Along of its social way, they experience two insertions, as peasants and as salaried people, forming a conflicting reality that lead them to redefine and / or rebuild their values and all their material, symbolic and instrumental patrimony, necessary to the life world. As peasants, they reproduce in their ‘home places’ part of what was assimilated in their ‘passing places’. At every return, there are new adaptations to symbolic and material culture. The continuous comings and goings mould the connection between elements characteristic of a traditional social reality and those arising from a society oriented by the values of a modern world.

Key words: Seasonal migration, experience, life experience, peasants, Jequitinhonha Valley

* Dr^a. em sociologia, Professora Adjunta II do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa/MG; e-mail: mbotelho@ufv.br

Introdução

No Brasil, as migrações internas têm sido objeto de análise de muitos pesquisadores. Alguns desses estudos enfatizam os impactos nas populações migrantes, que, freqüentemente, perdem relações do convívio local, em razão de afastamentos temporários e, às vezes, definitivos, enquanto outros enfatizam a idéia do estrangeiro em sua própria terra, pois, ao retornarem para seus lugares de origem, sentem-se como se àquele local não mais pertencessem.¹

Este texto visa pensar a migração, enquanto alternativa a um processo de expropriação de grande parcela da população brasileira, que, mesmo mantendo a posse de parcelas diminutas de terra, não consegue mais se reproduzir senão pela inserção em atividades urbanas e/ ou rurais, fora de seus locais de origem, consubstanciando uma trajetória social marcada pela crescente proletarização, temporária e/ ou permanente. Como desdobramentos dessa perspectiva, visa refletir sobre as novas representações engendradas nas realidades locais resultantes de incessantes idas e vindas que remodelam a cultura local com a incorporação de facetas de um mundo, às vezes, distante, regido por uma lógica também distante.

A migração sazonal tem sido uma prática recorrente dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, região localizada na porção nordeste do Estado de Minas Gerais. Segundo os relatos orais, obtidos durante a pesquisa de campo em 1998, as saídas por determinado período do ano destinavam-se a regiões limítrofes, por eles designadas como a “região da mata”.² Essas migrações, de menor distância, foram muito expressivas até o início do século XX, quando esses camponeses começam a se direcionar, principalmente, para o interior de São Paulo, também para a colheita do café, levados pelo Serviço de Migração, que custeava as passagens, facilitando estes movimentos migratórios, até os anos cinqüenta. Grupos de camponeses também desciam em direção ao Estado do Paraná e Goiás, para trabalhar em lavouras de cana-de-açúcar. A partir dos anos sessenta, com a modernização da agricultura, principalmente nos estados do Sudeste brasileiro, ocorre a intensificação de algumas culturas, como laranja, cana-de-açúcar e algodão, que começam

¹ Vale ressaltar que estudos sobre migrações internacionais apontam também aspectos similares.

² O uso do termo “mata” para designar uma região de destino, para a qual os camponeses do Vale do Jequitinhonha dirigiam-se desde o século XIX, refere-se à Zona da Mata mineira, grande produtora de café nos anos oitocentos, e também à região da Mata de Teófilo Otoni, localizada logo acima da Zona da Mata mineira.

a absorver enormes contingentes de trabalhadores sazonais, destinados a suprirem determinadas demandas do processo produtivo, como a colheita. Trabalhadores de diversas regiões do país dirigiam-se para essas lavouras, à procura de trabalho temporário, constituindo uma nova categoria social de trabalhadores, conhecidos como bóias-frias. Uma das regiões do Brasil que irá fornecer trabalhadores para preencher esses postos de trabalho será o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Como eram deslocamentos de maior distância, muitos ficaram, anos seguidos, entre os três estados, sem retornos intermediários aos seus locais de origem.³ Muitos, nunca mais retornaram, e outros apenas retornam para visitar os parentes em determinados períodos do ano, principalmente durante as festas religiosas.

É nesse contexto de migrações sucessivas, já bastante conhecidas pela população local, e referentes àqueles grupos que retornam temporariamente, é que se busca refletir sobre as experiências e as vivências desses camponeses, processadas ao longo de suas existências e reestruturadas em decorrência de seus sucessivos contatos com outros espaços quase sempre norteados pela lógica da modernidade.

Freqüentemente considerado pelas instituições estaduais como um bolsão de miséria e de estagnação econômica, o que poderia ajudar a explicar o fenômeno da migração regional, o Vale do Jequitinhonha, em outros tempos, atraiu povoadores para a atividade da mineração, que ali se estabeleceram até o declínio da atividade, no final do século XVIII. Porém, em meados do século XX, medidas governamentais priorizaram a região com o intuito de promover o seu desenvolvimento com a implantação de novas atividades econômicas, conforme se verá a seguir.

O Vale do Jequitinhonha: um breve histórico

A ocupação do Vale do Jequitinhonha iniciou-se, de maneira mais intensa, nos primórdios do século XVIII, em consequência da descoberta dos primeiros veios auríferos e diamantíferos em toda a região. Mas desde a segunda metade do século XVI, a região foi alvo de aventureiros à procura de riquezas. O processo de colonização no Brasil, apesar de ter-se concentrado, inicialmente, na faixa litorânea, foi, pouco a pouco e desde os

³ Durante a pesquisa de campo, conheci vários camponeses que permaneceram em outros Estados durante mais de 20 anos e alguns que, durante todo este tempo, não tinham retornado, nem mesmo para rápidas temporadas. Retornaram já idosos, aposentados, e como haviam herdado pequena parcela de terra, atualmente, vivem no Vale do Jequitinhonha, produzindo poucos gêneros alimentícios, e alguns retomaram antigas práticas artesanais, como a cerâmica e a tecelagem.

primeiros anos, alcançando o interior do território. O desejo de desvendar os sertões era alimentado pelos mitos e pelas fantasias veiculados pelas várias obras descritivas sobre o Brasil, uma das quais dizia respeito a determinada serra resplandecente, de onde se desprendiam pedaços de ouro (Salvador, 1992:1). À procura dessa serra, partem da Bahia várias expedições oficiais. Segundo Basílio de Magalhães, as entradas, de Miguel Henriques e Francisco Spinosa, objetivaram satisfazer às aspirações de obtenção de ouro e metais preciosos do primeiro governador geral, Thomé de Souza. Essa expedição, que naufragou, partiu da Bahia e pretendia adentrar o território pelo rio São Francisco. Outra expedição, a do castelhano Spinosa, iniciou-se em 1554, em Porto Seguro, em direção ao sertão e retornou em 1555, após percorrer 350 léguas (Magalhães, 1915:20), conforme descrita por Calógeras:

(...) entrou pelo rio das Caravellas, margeou além o Jequitinhonha, e, das cercanias de Diamantina, a que atingira, chegou provavelmente ao São Francisco seguindo um dos seus afluentes da margem direita, quiçá o Jequitahy, alcançando uma aldeia indígena junto ao Mangahy, e pelo rio Pardo, explorado desde as suas nascentes por essa entrada, já presumivelmente feito o retorno em 1555. (Calógeras, 1957:56).

Várias outras expedições, em direção ao interior do território, percorreram, durante anos seguidos, todo o território mineiro, muito antes dos primeiros descobrimentos dos grandes veios auríferos e diamantíferos. Essas investidas pelo interior, muitas delas resultando em mortes e perdas de parte dos componentes das expedições, sugerem a formação de possíveis germes de povoamento, oriundos, inclusive, dos primeiros contatos com as populações indígenas que já habitavam a região. Em decorrência da mineração, os negros também serão expressivos no cômputo populacional, a partir do século XVIII. Outras entradas não oficiais certamente contribuiram para povoar os sertões distantes. Escravos fugitivos dos engenhos de açúcar da Bahia embrenharam-se pelas matas à procura de esconderijo seguro, onde permaneceram e vieram a praticar uma agricultura de subsistência (Gontijo, 1984:7).⁴ As inúmeras notícias da existência de metais preciosos na região devem ter animado grupos de pessoas a aventurar-se pelo interior à procura de riqueza, aí permanecendo. Este era um povoamento que acontecia no sentido norte – sul; porém, de outro lado, do sul em direção ao norte, ocorria o mesmo movimento de ocupação. As bandeiras paulistas saem à procura de ouro e captura de índios e são também chamadas à Bahia para apaziguarem os ataques dos índios, freqüentes nos sertões. Alguns bandeirantes, vindos principalmente de São Paulo, não retornam e, de capturadores de

⁴ O texto refere-se à existência de inúmeros quilombos que infestavam a margem oeste do rio São Francisco, os quais inibiam o acesso de outros povoadores.

índios, passam a criadores de gado, constituindo na região imensas fazendas de criação de gado. A disseminação de currais de gado pelo sertão da Bahia e norte e nordeste de Minas Gerais, nas margens do rio São Francisco, rio das Velhas e rio Pardo, ocorre, principalmente, pela concessão de terras como forma de pagamento aos serviços prestados pelos bandeirantes ao governo (Pires, 1979). Por volta de 1701, Antonil afirma que, somente do lado direito do rio São Francisco, existiam mais de quinhentos currais de gado e que, do seu lado esquerdo, esse número era muito maior. (Antonil, 1982: 171).

Como o criatório em extensão exigia sempre águas dos rios e lagoas e também grandes parcelas de terras, os criadores apropriam-se de faixas territoriais mais férteis e maiores. É a gênese da grande propriedade rural no sertão setentrional mineiro, que, até este momento, estava sob as jurisdições da Bahia e de Pernambuco. Ao camponês restavam apenas outras formas de ocupação, já que sua existência estava, desde já, subordinada à do grande proprietário rural e desta subordinação provinha a sua invisibilidade no rural mineiro. Isto pode ter-se dado a partir de uma utilização da terra, em que ao camponês cabiam a posse e o arrendamento, não havendo registros oficiais para tal forma de ocupação. Esse processo, aparentemente, ocorreu da seguinte maneira. Conforme já dito, era bastante comum, devido à vastidão e à disponibilidade da terra, a apropriação desta, como pagamento por serviços prestados à Coroa Portuguesa àqueles que eram chamados a servir ao Rei. A essa já generosa remuneração acrescentavam-se novas aquisições de terra provenientes de cartas de sesmarias concedidas também pela Coroa. Assim, verdadeiros condados iam-se constituindo.

Durante todo o século XVIII, a região serviu de caminhos para o escoamento da produção da atividade de extração de ouro e diamantes e também para a circulação de gêneros alimentícios tanto em direção ao Rio de Janeiro como em direção à Bahia. As tropas de animais de carga encontravam à margem de seu percurso alimentos para os animais e lugar para o repouso, necessários nesses deslocamentos, cujos caminhos eram íngremes e precários.

Já no século XIX, quando a extração entra em declínio, a região sofre um esvaziamento populacional, mas a expansão da cultura do algodão, principalmente em Minas Novas e em suas proximidades, desempenhou importante papel na economia regional. Um dos motivos que resultaram nessa expansão da cultura foi o enorme apreço que os europeus, principalmente os ingleses, tinham pelo produto mineiro. Parte da safra destinava-se à

fabricação de tecidos e de cobertas consumidas no local ou exportadas. A parte excedente, exportada para a Bahia, Rio de Janeiro e outros lugares de Minas, em ramas, era acondicionada em bruacas⁵ de couro cru (Carvalho, 1916:15). A qualidade dos fios produzidos e exportados para outras regiões e para outros países era reconhecida e justificada pelo clima mais seco, menos propício às chuvas, que, freqüentemente, escureciam, sobremaneira, o algodão. Os fios resistentes eram os preferidos pelos consumidores; além disso, outro fator que contribuía para essa preferência era a constituição dos fios, mais regulares, finos e compridos, embora de cor freqüentemente amarelada. Este algodão destinava-se também a suprir as necessidades domésticas, como de vestimenta e cobertas, dentre outras. A produção de panos caseiros, porém, não se restringe ao século XIX. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1957), os panos caseiros, especialmente de algodão, eram relativamente comuns ao longo do período colonial, e muitas espécies eram nativas do Brasil, e várias tribos indígenas já praticavam a fiação e tecelagem desta matéria-prima. No Vale do Jequitinhonha, a indústria caseira da fiação e tecelagem foi bastante elucidada, principalmente pelos viajantes no século XIX⁶.

Com a inserção de novas áreas de produção em outras regiões do Brasil, o algodão produzido no Vale do Jequitinhonha foi, paulatinamente, perdendo importância para a exportação, mas permaneceu como matéria-prima de fundamental importância para as populações locais, pois, ainda hoje, é plantado nas áreas contíguas às casas e utilizado no consumo doméstico e, em algumas localidades, na produção de colchas destinadas à venda.

Apenas a partir de meados do século XX é que a região irá passar por um processo deliberado de ações governamentais com vistas em promover o seu desenvolvimento com a utilização capitalista ao uso da terra, valendo-se de relações de produção não

⁵ A ampla utilização do couro, no norte e nordeste do estado de Minas Gerais, demonstra a difusão da pecuária em toda a região. Capistrano de Abreu designou o século XVIII como “a idade ou civilização do couro”, quando se referiu à ocupação com gado às margens do rio São Francisco. Segundo ele, tudo era feito de couro: a cama, a roupa e o chapéu, a canastra, a vasilha d’ água (surrão), os arreios dos animais e até os gonzos e fechos das portas. Algumas regiões do Vale ainda mantêm o couro como matéria-prima de diversos artigos, principalmente nos municípios de Araçuaí e Jequitinhonha, na elaboração de cela, chapéu, bolsa de atanado e botina.

⁶ A respeito desta indústria caseira, ver por exemplo Douglas Cole Libby. *Produção Têxtil em fins do Século XVIII*. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.27, no 1, 1997 e também, Auguste de Saint-Hilaire. *Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo e Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

especificamente capitalistas, excluindo frações camponesas da roça e morada permanente.⁷

A proletarização temporária: uma alternativa às mudanças locais

Se as migrações para as regiões limítrofes apareciam como alternativa de reprodução da condição camponesa na própria região, a partir dos anos sessenta, elas se tornam imprescindíveis para a grande maioria da população local, que não mais consegue a subsistência mínima em razão da substantiva alteração no uso da terra por grandes empresas de reflorestamento e mesmo da inserção da atividade cafeeira nos moldes capitalistas de produção. A partir de então, o fluxo migratório da região para os Estados do Centro-Sul intensifica-se, de maneira extremamente acentuada.

Seja por meio das migrações sazonais, seja por meio da incorporação da região às novas dinâmicas capitalistas, no afã de aquisição de novas áreas para garantia de sua reprodução, as sociedades camponesas do Vale do Jequitinhonha foram inseridas em contextos permeados pela lógica moderna. Tanto as migrações quanto as novas apropriações do capitalismo provocaram diversas alterações na vida desses camponeses, as quais serão, neste trabalho, refletidas no bojo da modernidade. Nessa perspectiva, buscou-se compreender a forma como esses camponeses, em crescente processo de perdas das suas condições originais de sobrevivência, foram, pouco a pouco, alterando, ou tiveram alterada, a sua realidade cultural.

Os movimentos migratórios têm sido analisados sob diversos aspectos.⁸ Grande parte dessas análises, que os vinculam a eventos historicamente determinados pela expansão do modo capitalista de produção, assegura que as transformações no cotidiano de vida

⁷ Sobre o processo de expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha, ver, por exemplo, Margarida Maria Moura. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

⁸ De acordo com Durham, apesar de não ser um fenômeno particular da época atual, é a partir do século XX que as migrações internas ganham maior expressividade no contexto nacional. Eunice DURHAM. *A caminho da cidade: vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

Porém, as elaborações teóricas mais sistemáticas sobre o tema surgem a partir de 1940. As migrações internas brasileiras foram analisadas em três categorias: uma formada pelos estudos geoestatísticos, feitos predominantemente pelos técnicos do IBGE; outra formada pelos estudos econômicos e demográficos, liderada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPA) e pelo Instituto de Pesquisas (INPS); e, finalmente, uma terceira categoria composta pelos estudos sociológicos, realizados, na maior parte, por estudos universitários pós-graduados dos cursos de Ciências Sociais.

daqueles que migram são inevitáveis. Para Martins, em análise sobre a migração estrangeira para o Estado de São Paulo,

(...) a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica a outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra. Nesse plano, o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participa de uma cultura que fornece como referência normas de comportamento apoiadas num sistema de valores. As relações de que participa na sua sociedade original são estabelecidas com base nesses componentes culturais, em graus variáveis, interiorizados na sua personalidade (Martins, 1973:19).

Em outro trabalho, no qual se analisam as migrações regionais, esse autor novamente reforça a idéia a respeito das mudanças ocorridas na vida daqueles que migram. O ausente e a ausência, ele afirma, operam mudanças nas relações sociais do grupo familiar e do grupo de vizinhança (Martins, 1988).

Alguns trabalhos que visam compreender os fluxos migratórios internos confirmam que o desenvolvimento capitalista, ao criar fatores de mudança em áreas rurais, avoluma tais fluxos e cria condições que permitem uma expansão vigorosa da economia urbana (Singer, 1980: 234)⁹. Existe, portanto, nessa linha de abordagem, correlação entre níveis de desenvolvimento e fluxos migratórios, e o tipo de desenvolvimento a que se refere é o capitalista, que é um fenômeno próprio da modernidade.

Löwy, na tentativa de conceituar modernidade, faz uso de uma indicação retirada do dicionário, a qual lhe parece interessante. Aí, “moderno é o que se beneficia dos progressos recentes da técnica e da ciência”. Assim, modernidade estaria estreitamente ligada ao progresso, isto é, à valorização positiva da novidade. Recuperando Marx e Weber, o mesmo autor identifica o que para eles era tido como modernidade: a civilização baseada na economia de mercado, no valor de troca, na propriedade privada, na verificação, na racionalidade instrumental, na quantificação, na legitimidade burocrática, no espírito de cálculo racional e no desencantamento do mundo (Löwy. 1992: 119-127). Esse autor aponta ainda as identificações que Benjamin fazia sobre modernidade: danação infernal e catástrofe (Id. Ibid.).

⁹ Este autor, assim como Maria Teresa S. de Melo SUAREZ. Cassacos e corumbas. São Paulo: Ática, 1977, e Juarez R. B. LOPES. Desenvolvimento e Migrações: uma abordagem histórico-estrutural. São Paulo: Brasiliense, 1973, enquadra-se na categoria firmada no bojo das Ciências Sociais, identificada como “histórico estrutural”, constituída a partir dos anos setenta, que se colocou como referencial teórico-alternativo, substituindo as abordagens sobre os fatores de atração e expulsão, bem como sobre os modelos que incorporaram a análise custo-benefício que envolve as decisões de migrar.

Por sua vez, Berman (1986) considera modernidade como a experiência vital de tempo e de espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e dos perigos da vida, que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, alegria, poder, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor, mas, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Pode-se dizer que modernidade contém em si dois pólos ambivalentes e opostos: um de construção e outro de destruição. Destruir e criar são, portanto, partes inerentes, intrínsecas ao processo de modernidade.

Como o capitalismo parece ser, conforme reflete Löwy, próprio da modernidade, e as migrações, próprias do capitalismo, estas podem ser entendidas como um fenômeno moderno, à medida que ganham significância no capitalismo. Além disso, a aceitação de que a modernidade tem sentido ambivalente — destruição e criação — provoca novos desdobramentos para a reflexão sobre as práticas migratórias, ou seja, é possível pensar na existência desse sentido ambivalente como sendo também imanente da prática cotidiana daqueles que migram tanto em seus locais de origem quanto nos locais a que se destinam. Nesse sentido, a migração sazonal pode ser entendida como a sintetização da modernidade; por um lado, é algo que lhe é próprio; por outro, apresenta o mesmo movimento interno. Assim contextualizada, a migração sazonal, realizada pelos camponeses do Vale do Jequitinhonha, será uma das vertentes de influência no mundo da vida em seus locais de origem.¹⁰

Entretanto, não é só pela migração sazonal que os camponeses imprimem mudanças em suas vidas. A modernidade promove alterações no cotidiano desse grupo social também a partir do momento em que o capitalismo altera as relações sociais na própria região. Mesmo os que nunca migraram vêm suas formas de vida modificadas e, em meio às

¹⁰ Nas análises sobre a migração do Vale do Jequitinhonha, podem-se destacar duas vertentes: uma centrada no quadro de pobreza e de subdesenvolvimento reinantes, estruturas econômicas inflexíveis, realizada pela CODEVALE, 1967 e Minas Gerais/ SEPLAN, 1975; e outra que analisa a complexidade das causas da evasão populacional, realçando as transformações nas estruturas agrária e fundiária com marcante mudança no agro regional. O trabalho de Margarida MOURA, *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1983, é emblemático desta perspectiva.

Ressalta-se, também, o trabalho de Maria Aparecida Moraes SILVA, *A migração de mulheres para São Paulo: de camponesas a proletárias*. Revista Travessia. São Paulo, (1):9-32, 1988. A autora, ao analisar a migração enquanto processo social, rejeita a idéia de que ela seja determinada por elementos subjetivos, isto é, de que “as pessoas migram porque têm o desejo de fazer isto. A migração é um processo social, possuindo condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais que atingem os indivíduos independentemente de sua vontade”. p.10.

mudanças bruscas, reconstruam novas práticas, alterando-as, mas também mantendo velhos costumes.

Alguns teóricos da modernidade apontam apenas o lado desestruturador desta sobre tudo e sobre todos.¹¹ Outros, entretanto, salientam a possibilidade de reação daqueles que, incondicionalmente, estão suscetíveis às ações da modernidade.¹² A abordagem feita neste trabalho tenta incorporar as duas vertentes, visto que cada uma aponta elementos bastante ricos para reflexão. Porém, acredita-se que, em processo crescente de desestruturação fomentado pela modernidade, as pessoas procurem formas e vias de assegurar valores, crenças e práticas que são sedimentadoras de sua identidade. Sem elas, sim, poder-se-ia pensar num caos absoluto. A desestruturação abarcaria todos e tudo, sem a menor chance de reação por parte daqueles que sofrem a ação da onda modernizante.

Acreditando, portanto, nessa possibilidade de reação, busca-se recuperar algumas categorias analíticas capazes de apreender as duas dimensões. Uma que ressalta o lado perverso do processo e outra que releva as artimanhas humanas, reais e simbólicas, construídas dentro do contexto de modernidade existente no seio das mais diversas sociedades.

Experiências e vivências num contexto de sucessivas migrações

Inicialmente, estabeleceu-se, à maneira como realizou Walter Benjamin, distinção entre experiência vivida e experiência. Afinal, como entender que um grupo de pessoas submetido a situações tão diversas e adversas, como aquelas nas quais os camponeses locais se encontravam, principalmente desde a segunda metade do século XX, continuava mantendo práticas e modos de viver seculares? Alguns mecanismos, utilizados individualmente ou coletivamente, deveriam ser acessados para garantir a sobrevivência material e espiritual; caso contrário, a região tornar-se-ia um enorme deserto, sem gente e sem as suas variadas formas de manifestação cultural que emocionam a todos que por ali passam. Apesar das veementes afirmações governamentais sobre pobreza e falta de perspectivas do Vale, a região, como um todo, continua mantendo índices positivos de

¹¹ Podem-se citar, por exemplo, os teóricos da Escola de Frankfurt, como Walter Benjamin, Max Horkheimer, e o seu herdeiro direto, na mesma linha de pensamento, Jürgen Habermas. Max Weber também se enquadra entre aqueles que consideram a modernidade um perigo para os homens. Jean Baudrillard também segue na mesma perspectiva. Para este, o consumo desenfreado promove a substituição do valor de uso pelo valor de troca e ambos pelo valor de signos.

¹² A essa perspectiva aliam-se alguns teóricos, como Marshal Berman, e Mike Featherstone.

crescimento populacional. Com certeza, algumas maneiras de resistência foram gestadas ao longo do processo, permitindo o possível retorno à região.

Ao lembrar Benjamin, para quem a experiência, a *Erfahrung*, faz parte da vida coletiva, da vida compartilhada e que “se acumula, que se prolonga, que se desdobra, como uma viagem”, contrapondo-se à experiência vivida, a *Erlebnis*, particular, privada e também moderna, “que precisa ser incorporada às pressas, que produz efeitos imediatos”, pode-se pensar nesses camponeses ao longo de suas trajetórias sociais, forçados a migrarem por um longo período de suas vidas. Por outro lado, como camponeses, têm uma experiência coletiva que, em grande parte, orienta as práticas sociais locais, e, como assalariados, fora dos seus locais de origem, precisam inscrever-se em um conjunto de situações completamente diferentes daquelas com as quais conviveram desde pequenos. As práticas aí inseridas são circunscritas apenas a este lugar. São dois locais distintos, com demandas distintas e que provocam, portanto, atitudes diferenciadas por parte daqueles que participam desse processo. Do ponto de vista da diferenciação apontada por Benjamin, pouca chance existe de sobrevivência para a experiência onde a modernidade, característica inerente ao capitalismo, atinge o seu apogeu, ou seja, nos canaviais e indústrias paulistas. Nesse contexto de modernidade, há um enfraquecimento da experiência que perde espaço para a vivência, vivida isoladamente. Como trabalhadores que compõem a força propulsora que engendra o capital agroindustrial, os camponeses são identificados com aqueles que não pertencem, são os “paus-de-arara”, os que vêm “de fora”. A sobrevivência é, aí, garantida pela dilapidação daquilo que, em seu local de origem, é sagrado. A natureza é mutilada e o homem, ele próprio, o sujeito desta investida. No entanto, esta destruição não ocorre somente em sua relação com a natureza; ao mutilar, ele próprio também é mutilado. A dilapidação de si e da natureza e o sentimento de não-pertencimento concretizam-se nesses locais. Instala-se o conflito, decorrente, fundamentalmente, da maneira pela qual esses sujeitos sociais constroem suas trajetórias por meio de suas experiências objetivas. Numa relação de assalariamento temporário, esses camponeses são obrigados a se adaptarem. Sujeitos a toda sorte de situações desconhecidas, o que, em se tratando da primeira experiência de migração, implica total desconhecimento da própria atividade que irão realizar, submetem-se a uma dinâmica que contém ritmo, temporalidade e saberes bastante distintos daqueles concernentes à vida camponesa (Botelho, 1992). Mas esse grupo social se insere em outra realidade, a de camponeses possuidores de parcelas irrisórias de terras. Aí, em seus locais de origem, são

peças que mantêm com a terra e com a natureza uma relação de comunhão. Inseridos no complexo grotas-chapadas (Graziano e F. Graziano Neto, 1983: 85-100), estabelecem uma forma de organização em que a produção agrícola e a não-agrícola se destinam à auto-sustentação. A relação homem-natureza, de maneira equilibrada, garante a preservação do ecossistema. Ademais, a terra tem, para eles, um significado mais amplo, não sendo somente o seu espaço de trabalho e meio de vida. É um espaço onde se definem as relações dos homens entre si — “A relação com a terra envolve aspectos espirituais, sociais e culturais” (Silva, 1988:13).

As práticas cotidianas, permeadas por laços sociais e políticos, reafirmam a valorização da ajuda mútua e da solidariedade entre membros da família, entre vizinhos, entre aqueles que pertencem ao lugar, que é a comunidade. Os códigos que regem a vida são elaborados no interior das relações camponesas independentes e visam preservar a expressão da identidade rural. Conforme aponta Silva,

(...) cada um é parte de um todo, onde sujeito e objeto, homem objetivado acham-se imbricados numa relação estreita, complementar, desalienante. Há um todo. Forma-se uma indivisibilidade (Id. Ibid.).

Essa dupla inserção social, por períodos mais longos ou mais curtos, deveria provocar impactos não apenas naqueles que migram, mas também naqueles que, indiretamente, participam do processo, como os membros da família que permanecem nos locais. Afinal, o que de fato era incorporado à experiência coletiva e o que se tratava apenas de vivências que, apesar de necessárias à sobrevivência, eram descartadas, pois não poderiam ser apropriadas pela coletividade, ao retornarem?

Até aqui, não se fez nenhuma distinção entre espaço e lugar. Usou-se, indiscriminadamente, a denominação espaço, lugar, local, para referir-se às localidades onde os camponeses vivem ou passam determinado tempo de suas vidas. Os espaços e lugares também precisam ser trabalhados; afinal, trata-se de termos distintos com significados similares, ou podem existir alguns elementos que delimitam as diferenças? Novamente, encontram-se, junto aos teóricos da modernidade, indicações para se pensar na distinção. Uma delas, especialmente, parece ir ao encontro da diferenciação elaborada por Benjamin, em relação à experiência e à vivência. A reflexão elaborada por Mike Featherstone centra-se na percepção de que os espaços globais são esferas distintas dos lugares; naqueles predomina a identificação ampliada e anônima despojada de

características locais, familiares, com singular importância no bojo das sociedades modernas pautadas pela globalização, com forte predomínio da hegemonia ocidental.¹³

Por sua vez, o lugar é associado ao lar, onde as pessoas reconhecem e são reconhecidas. Reafirmando essa idéia, diz Featherstone (1997:126):

O estoque comum de conhecimentos à disposição, no que se refere ao grupo de pessoas que são os habitantes e o entorno físico, é relativamente fixo, segundo se pressupõe, isto é, trata-se de algo que persistiu ao longo do tempo e pode incorporar rituais, símbolos e cerimônias que ligam as pessoas a um lugar e a um sentido comum do passado.

No lugar, os indivíduos, mediante relacionamentos diários, têm domínio prático sobre o desenrolar cotidiano, mas também sobre os eventos pontuais e esporádicos, de ordem simbólico-religiosa. Esse capital ritual, reproduzido ao longo do tempo, liga as pessoas a um lugar e a um sentido comum que resguarda a memória coletiva. Ademais, resguardar esse passado, comum, coletivo, encontra nos rituais comemorativos a sua força motriz, alimentadora. Isto, afirma Featherstone, “não depende basicamente de fontes escritas, mas de desempenhos rituais e do formalismo da linguagem ritual”. Eles se tornam “as baterias que carregam os laços emocionais entre as pessoas e renovam a consciência do sagrado”. (Id., Ibid. p.132-133.)

Nessa perspectiva, ao lugar caberia a experiência, da maneira como elaborada por Benjamin, enquanto ao espaço restaria aquilo que não pode ser compartilhado, experimentado coletivamente, pois se trata de vivências individuais, sem significado para a coletividade. Dessa forma, tudo que ocorre fora dos seus locais de origem passa, a partir de então, a ser designado “espaço de passagem”, já que se pressupõe o retorno das pessoas. As experiências concretizadas em seus locais, com “senso de lar”, denominam-se “lugar de origem”.

Feitas essas considerações, travou-se um esforço em apreender as sucessivas experiências e vivências que poderiam moldar as práticas sociais. Pôde-se perceber, entretanto, que os locais não eram estanques; as sociedades das quais esses camponeses participavam não estavam ilhadas, resguardando, cada uma delas, suas características favoráveis ou

¹³ A recente redescoberta do Oriente, no final do século XX, devido, sobretudo, à ascensão do Japão enquanto potência econômica, abriu espaço para que os japoneses comessem a estruturar teorias da história universal que contestavam a inserção do país em um continuum formulado pelo Ocidente. Esta discussão é feita por Mike FEATHERSTONE. O desmanche da cultura. São Paulo, Studio Nobel/ SESC, 1997, p.126.

desfavoráveis aos camponeses. Havia uma sobreposição de lugares e espaços, já que, como se disse, a modernidade não era mais experimentada apenas fora do Vale. Sucessivas ações que visavam “modernizar o Vale” foram implementadas, principalmente a partir dos anos sessenta deste século. Dessa forma, aqui e acolá, a população local foi, paulatinamente, sentindo o reflexo dessas ações.

Cabia, então, perceber como esses homens e mulheres, inseridos nessa “teia de significados” (Geertz, 1989-15)¹⁴, absorviam, e de que forma, todo esse conjunto de situações. Do ponto de vista da subjetividade, deveriam ocorrer alterações que, de certa forma, deveriam ser incorporadas às suas práticas culturais. Parte-se do pressuposto que ocorre uma transfiguração do *habitus*, tal como define Bourdieu (1974: XL), como um

(...) sistema de disposições adquiridas, duráveis e transferíveis predispostas para funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e representações... Através do *habitus* a estrutura da qual ele é o produto governa a prática, não de forma mecânica e determinista, mas através de constrangimentos e limites impostos pelas condições de existência.

Portanto, por ser um princípio gerador que supõe esquema durável, mas também flexível, capaz de adotar improvisações reguladas e inovações às exigências postas pelas situações concretas, o *habitus* não é algo repetitivo, mas repleto de possibilidades criativas.

O *habitus* vem a ser, portanto, um princípio gerador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. O *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (Id. Ibid. p. XLI).

A utilização do conceito de *habitus* parece bastante útil para apreensão da dinâmica, do conteúdo e da circunscrição das mudanças desencadeadas a partir da modernidade, visto que as disposições adquiridas, duráveis e mutáveis fornecem suportes necessários – porque são passíveis de transformação – para orientar as práticas nas quais esses sujeitos se inserem alternadamente. A possibilidade de o *habitus* incorporar novos elementos, conforme as necessidades objetivas, garante, portanto, a inserção social. Além disso, ao mudar as condições objetivas e o *habitus*, muda-se a forma de viver e de compreender o mundo social. Nessa direção é que se afirma que as transformações ocorridas são

¹⁴ Este autor adota o conceito de cultura a partir das reflexões elaboradas por Max Weber, para quem o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Para GEERTZ, a cultura são essas teias e a sua análise.

incorporadas tanto no nível objetivo quanto no nível subjetivo; portanto, em toda prática social.

Vale ressaltar que o duplo movimento intrínseco à modernidade, de destruição e de recriação, o qual também transparece nas ações dos sujeitos sociais, está presente em todas as suas esferas de atuação social. Esses camponeses, enquanto assalariados das lavouras de cana-de-açúcar, são os próprios destruidores (da natureza, por exemplo) e reelaboradores de nova conduta fundamental, no tempo em que residirem nos locais a que se destinam. Nesse sentido, são construtores também. Ao retornarem, trazem novos conhecimentos que, de alguma forma, serão introjetados em suas práticas cotidianas. Nesse lugar ocorre, por sua vez, a modificação do agir, que pode estar impregnada de eliminação, supressão e, portanto, destruição de elementos constitutivos das práticas correntes.

A incorporação do Vale do Jequitinhonha pelo capitalismo, com sua face moderna, principalmente a partir dos anos sessenta, foi realizada sob a égide do mecanismo de destruição e recriação. Eliminou-se parte extremamente significativa da vegetação de cerrado, para substituí-la pelo eucalipto.

Tem-se um amplo volume de novas situações advindas da modernidade.

Alguns teóricos reiteram a idéia de que o capitalismo, como um sistema de relação de troca, produz, tendencialmente, na vida cotidiana a negação da própria subjetividade, no próprio processo de sua construção (Huysen, 1992: 69). Entretanto, ao negar, acrescenta-se um movimento de recriação que, enquanto processo de resistência, recupera a participação efetiva do sujeito nesse movimento. Por meio dessa ação, a subjetividade é reintegrada, e o sujeito também se recupera. Esse movimento pode ser melhor apreendido pela observação da indústria doméstica que, no Vale, sofre interferência externa também a partir dos anos sessenta, principalmente após a intensificação dos contatos com a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE). Mediante este órgão governamental, a produção doméstica de cerâmica, madeira, taquara e tecelagem passa a atender ao consumidor das grandes cidades, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Nesse momento, a CODEVALE define o tipo de peças a ser produzido para atender ao consumo das populações médias urbanas. Porém, acredita-se que, ao passar a cumprir as “exigências” da CODEVALE, os artesãos encontram recursos próprios para

satisfazer à demanda institucional. Nesses recursos estão presentes, dentre outros, elementos de subjetividade incorporados em outros momentos de sua trajetória¹⁵.

Considerações finais

Jaula de ferro, desencantamento do mundo, perda da aura, dissolução de tudo. Essas idéias, refletidas por críticos da modernidade como Max Weber, Pierre Bourdieu, Walter Benjamin, Karl Marx e Engels, nortearam uma primeira investida sobre as práticas culturais de camponeses do Vale do Jequitinhonha. Por meio delas, buscou-se entender como um grupo social inserido em duas realidades distintas, uma em seu “lugar de origem”, onde são camponeses, com ínfimas parcelas de terra, praticando estritamente uma agricultura de subsistência, moldada por uma lógica completamente diferente da economia capitalista, e outra, em um “espaço de passagem”, onde são assalariados temporários, os conhecidos bóias-frias, no bojo emblemático da agricultura capitalista nacional, moldava suas práticas culturais no momento em que retornavam aos seus lugares originais.

As hipóteses iniciais apontavam para uma forte desestruturação dessas práticas, já que a modernidade, impressa no âmbito do capitalismo, o qual explicitava suas evidências fora do Vale, nas regiões “desenvolvidas” onde esses camponeses buscavam complementar a sua sobrevivência, apresentava-se como uma onda avassaladora capaz de romper costumes, práticas sociais, enfim, um modo de vida. Algumas referências teóricas davam indícios de que os camponeses já não eram mais os mesmos, a partir do momento em que se viram obrigados a sair e a encontrar formas de garantir a reprodução social em lugares distantes, com outros hábitos e outras maneiras de viver. Uma delas reforçava, inclusive, o lado positivo das migrações, quando as pessoas encontrariam, por meio delas, possibilidades de crescimento de diversas naturezas.¹⁶

Ao superestimar os pontos positivos das migrações ou, ao contrário, ressaltar o lado negativo destas, o certo é que todos, a partir do momento que experimentam a primeira saída, o primeiro contato com outra forma de viver, com o outro mundo, incorporam – mais ou menos – novos valores e novas práticas sociais. Como diz o próprio Martins,

¹⁵ O estudo sobre as práticas culturais, especificamente sobre a atividade ceramista e sobre a festa religiosa, foi feito em Tese de Doutorado, por mim defendida em 1999, sob o título: O eterno reencontro entre o passado e o presente: um estudo sobre as práticas culturais no Vale do Jequitinhonha. UNESP, Araraquara, 1999.

¹⁶ Esta visão pode ser encontrada nos trabalhos de José de Souza MARTINS, por exemplo.

(...) a migração temporária, determinada seja por deterioração das relações de troca, seja por declínio da fertilidade do solo ou da produtividade da força de trabalho, é por si só um processo que provoca mudanças no meio social e o migrante, ao voltar, só aparentemente tudo permanece como estava. O ausente e a ausência operam mudanças nas relações sociais do grupo familiar e do grupo de vizinhança. (Martins, 1986: 75)

Não é raro encontrar, pelas ruas das pequenas cidades do Vale, os paulisteiros,¹⁷ trazendo roupas, tênis e outros adereços adquiridos em suas saídas. Além disso, nota-se uma modificação de certos costumes locais, principalmente em relação aos meios de transporte e de lazer. Para os rapazes solteiros, parte significativa do dinheiro adquirido em São Paulo destina-se à compra de motocicletas, televisores e antenas parabólicas. Essa alteração, mais evidenciada em algumas localidades e menos em outras, é uma realidade. Não se pode negar a presença de elementos trazidos com os migrantes e que são, de certa forma, incorporados aos costumes locais.

No entanto, ao mesmo tempo que se evidencia a incorporação de novos valores e novos hábitos, salta aos olhos a permanência de práticas sociais seculares, como uso da tabatinga no revestimento das paredes internas das pequenas casas e a utilização de tintas extraídas de árvores, raízes, frutos e sementes nas cerâmicas e nos tecidos, como se fazia há muitos séculos, inclusive pelos grupos indígenas da região.

Foram justamente essas permanências que instigaram a pesquisa e alimentaram a idéia da possibilidade de os homens e as mulheres, mesmo em contínuo vínculo com as sociedades modernas, reproduzirem formas e maneiras de vida de um tempo muito antigo. Eram esses pequenos nichos que colocavam em cheque o propagado poder da modernidade sobre tudo e todos. Mesmo dentro das jaulas de ferro impostas pelas sociedades racionais, estipulando regras, condutas e comportamentos gerais, havia um movimento inconsciente, muitas vezes, de rompê-los; era como se esses homens e mulheres, em posse de fendeleiras, fossem rasgando, rompendo as mesmas grades e garantindo formas de vida próprias.

Porém, a modernidade não chegava apenas com aqueles que retornavam. Ela entrou Vale adentro à procura de novos espaços para reinar. Isso foi demonstrado no processo de ocupação da terra, quando camponeses, moradores na região desde o início da colonização, foram, principalmente a partir dos anos sessenta do século XX, atingidos em cheio pelas

¹⁷ Essa é uma denominação regional dada àqueles que vão para São Paulo e que retornam com hábitos adquiridos fora, nos locais de assalariamento.

empresas reflorestadoras, pela cafeicultura e pela pecuária capitalistas. Em crescente processo de empobrecimento, acirraram-se as migrações em direção a outras partes da região Sudeste, principalmente São Paulo, e em direção ao Centro-Oeste. Uma reformulação profunda das relações sociais impregnou toda a população do Vale. Ocorreu, também, transformação da indústria doméstica em artesanato, tendo à frente do processo uma entidade governamental. O Vale era uma mancha de pobreza no Estado de Minas Gerais e deveria ter prioridade no bojo das ações governamentais. Nesse momento, ele é redescoberto. Para lá, dirigem-se empresas afoitas em adquirir terras e acumular riquezas, e o resultado dessa vultosa investida seria a geração de empregos e a conseqüente diminuição da miséria. Atualmente, o que se vê são eucaliptos, que ocuparam milhares de hectares; ex-camponeses, que habitam as periferias das pequenas cidades, sem trabalho; e a terra, visivelmente ressequida. A tão propagada oferta de trabalho não veio e, conforme se viu, a pobreza numérica permanece nos mesmos patamares.

Em meio a essa pobreza renasce, em meio às cinzas, uma prática cultural impressa em suas diversas formas de manifestação. Por meio da memória coletiva, assegura-se a permanência de significados, mesmo quando as atividades são determinadas pelos mercados consumidores urbanos, movimento que se torna mais perceptível no caso da indústria doméstica. O sagrado, presente na relação com a terra e com a cerâmica e na comemoração festiva, opera o encantamento do mundo, pressionado por todos os lados a romper-se. Percebe-se uma resistência latente explicitada nos vaivéns da população, que retorna, anualmente, para as festas e, ao final de um longo período fora, retorna decidida a não mais sair. Percebe-se, também, uma sobreposição de lugar e espaço – as experiências, que asseguram o sentimento de pertencer, e as vivências, que são necessárias para garantir uma adequação social fora dos seus locais de origem. As identidades, forjadas ao longo das trajetórias sociais, necessitam dos elementos suscitados tanto da vivência quanto da experiência.

Ao observar toda essa maneira de viver, pode-se dizer que sendas são criadas ao longo do processo destruturador, e, por meio delas, as grades são rompidas, ou, talvez, tornam-se maleáveis. O mundo insiste em se manter encantado; a aura dos objetos imprime-se nas peças porque cada uma tem um significado, apesar da semelhança entre elas, e sobre a terra uma reconstrução opera-se constantemente. Assim, o lugar assegura a sua existência em meio ao espaço.

Referências bibliográficas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOTELHO, Maria Izabel Vieira. *A assalariada rural: da identidade social e da identidade política*. Campinas, 1992. Dissertação (mestrado) UNICAMP.

_____. O eterno reencontro entre o passado e o presente: um estudo sobre as práticas culturais do Vale do Jequitinhonha. Araraquara, 1999. Tese (doutorado em sociologia) UNESP.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.

CARVALHO, Daniel de. *Notícia histórica sobre o algodão em Minas*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1916.

DURHAM, E. R. *A caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997.

_____. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GERTZ, Cliford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

GONTIJO, Cláudio. *Notas sobre a economia mineira durante a fase escravista*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. Textos para discussão (18), nov. 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Brasileiro, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.

HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-modernismo. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.15-80.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 27(1):97-125, 1997.

LOPES, Juarez R.B. *Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

LÖWY, Michael. A escola de Frankfurt e a modernidade – Benjamin e Habermas. *Revista Novos Estudos Cebrap*. São Paulo,(32):119-127. mar. 1992.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Portugal/ São Paulo: Presença/ Martins Fontes. vol. I.

MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra*; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: [s.n.]MG, 1979.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Lembranças da terra*: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte, Cedefes, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1975.

SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755)*. São Paulo: Pioneira, 1992.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Fiandeiras, tecelãs, oleiras... Redesenhando grotas e veredas. *Revista Projeto História*, São Paulo, PUC (16): 94-125.

_____. A chegada do estranho nos grandes sertões e veredas. In:_____. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Unesp,1998.

_____. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. *Revista Travessia*. São Paulo, C.E.M,1 (1):9-15, mai-ago 1988. p.13.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Hélio A. de. MOURA (coord.). *Migração interna*: textos selecionados. Fortaleza: BNB-ETENE, p.211-244. Tomo II

SUAREZ, Maria Teresa S. de Melo. *Cassacos e corumbas*. São Paulo: Ática, 1977.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In:_____. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.